

Luciana G. Gouvêa\*

Ameaça da dívida pública

No país, mais de 11 milhões de servidores civis formam a espinha dorsal da administração pública. São professores, profissionais da saúde, técnicos, policiais, engenheiros e gestores que mantêm funcionando os serviços essenciais à população. A grande maioria desses trabalhadores recebe salários modestos, muitos sem reajuste há anos, e ainda assim são frequentemente tratados como responsáveis pelo desequilíbrio fiscal. Enquanto isso, uma minoria protegida mantém supersalários que ferem o espírito da Constituição e corroem os cofres públicos.

Em meio à instabilidade econômica internacional e ao impacto das novas taxações impulsionadas pelos Estados Unidos, o governo brasileiro acena com mais um pacote de medidas fiscais que, novamente, transfere a fatura aos de sempre: consumidores, pequenos empreendedores, aposentados, pensionistas e servidores públicos. O cenário é de sufocamento: aumento de tributos, perda de direitos, deterioração dos serviços públicos e esvaziamento da confiança institucional.

Enquanto isso, os supersalários permanecem intocados. Apenas 0,23% dos servidores recebem acima do teto constitucional, hoje fixado em R\$ 39,2 mil, o equivalente a 35,6 vezes o salário mínimo. Alguns vencimentos ultrapassam R\$ 100 mil mensais, inflados por penduricalhos e brechas

legais. Só esse grupo restrito consome cerca de R\$ 2,6 bilhões por ano, valor suficiente para financiar um ano de Bolsa Família para mais de 1 milhão de famílias em situação de vulnerabilidade.

A contradição salta aos olhos: o governo diz querer proteger os pobres e tributar os ricos, mas continua favorecendo uma elite funcional enquanto penaliza quem mais depende de estabilidade, serviços públicos e respeito aos direitos conquistados.

Neste contexto, a responsabilidade pela mudança é de todos nós, especialmente dos próprios servidores, aposentados, pensionistas e consumidores conscientes. Ações aparentemente simples, como revisar extratos bancários, contracheques, cálculos previdenciários e reajustes legais, podem ser o divisor de águas entre a perda silenciosa de um direito e a reconquista da dignidade.

Em um país onde o desrespeito se naturalizou, vigiar os próprios direitos é um ato de resistência democrática. Justiça não é um favor, é uma conquista. E para qualquer conquista, agir é preciso.

\*Advogada. Especialista em Proteção Legal Patrimonial e Proteção Ética e Legal Empresarial, informação e entrega de direitos. Especialista na área de inovação e tecnologias

PINGA-FOGO

■ ENCONTRO DA DIREITA - O Hotel Tangará, para muitos o Copacabana Palace de São Paulo, foi o palco de uma demonstração de unidade da direita, em dose dupla, durante o encontro promovido pelo grupo Esfera. O primeiro painel reuniu todos os presidentes de partidos mais à direita: Antônio Rueda, União Brasil; Baleia Rossi, MDB; Renata Abreu, Podemos (única mulher no time); Gilberto Kassab, PSD; e Valdemar Costa Neto, PL. Em todos uma posição comum: estarão juntos em 2026. A direita vai sair unida e com grandes chances já no primeiro turno.

■ QUANDO SETEMBRO CHEGAR... - O presidente da Federação PP/União Brasil, Antônio Rueda, deu a dica no painel que participou: Setembro é a data limite para definir desembarque do União Brasil e PP do Governo Lula.

■ DIREITA UNIDA - Na outra mesa do Seminário Brasil Hoje, em São Paulo, estavam os Governadores Cláudio Castro, Romeu Zema, Ronaldo Caiado (os três assumidamente de direita) com Helder Barbalho (que sonha em ser o Vice do Lula) e Raquel Lyra do PSD, também mais à direita. Todos com o discurso da união da direita para 2026, menos Helder que preferiu ficar em cima do muro.

■ O SHOW DE CIRO - O primeiro painel teve como mediador o senador Ciro Nogueira, com a participação do Governador Tarcísio de Freitas e do Prefeito Ricardo Nunes. Outro painel no qual a direita deu o recado de união. Ciro deu um show como moderador para alegria de Tarcísio de Freitas, que ganhou rasgados elogios.

■ A VIRADA À DIREITA DE CAMARGO - O curioso foi o comentário de um jornalista presente: “Este evento do Esfera de João Camargo no Tangará deixou o Lide de João Dória como reduito da esquerda...”. O curioso é que o Esfera surfou inicialmente em uma onda mais à esquerda e aliado ao Governo Lula, enquanto João Dória ainda tinha resquício de sua campanha anti-PT.

■ O Fórum do Lide, no Rio, realizado na sexta, 22, teve mais petistas do que o evento do Esfera em São Paulo. Um evento muito mais sintonizado com a direita e com agenda pró-Faria Lima. Para Tarcísio de Freitas e Ronaldo Caiado serviu como um grande palanque eleitoral para as suas candidaturas. Camargo sabe identificar para onde sopram os ventos favoráveis de 2026.

■ OS NOVOS CANDIDATOS DO RIO - Se a direita está unida, a sucessão do Rio seguiu o mesmo rumo com o pré-lançamento do prefeito de Belford Roxo, Márcio Canella, como candidato a governador em 2026 pelo União Brasil. Outra candidatura que surge e foi publicada em primeira mão pelo site Metrôpoles é do ex-presidente do Flamengo Rodolfo Landim, pelo Progressistas. Os dois podem acabar juntos, dentro do espírito da Federação.



No Fórum Esfera, em SP, Cláudio Castro destaca resultados das ações ambientais desenvolvidas pelo Governo do Rio



Painel “Entre estados e futuro: liderança em debate”, reuniu o governador do Rio, Cláudio Castro; a governadora do Pernambuco, Raquel Lyra; o governador de Minas, Romeu Zema; o governador de Goiás, Ronaldo Caiado; e o governador do Pará, Helder Barbalho; mediação de Jaime Spitzcovsky



Logo após a abertura do III Seminário Brasil Hoje, o primeiro painel reuniu Gilberto Kassab, presidente do PSD; Antonio Rueda, presidente do União Brasil; Baleia Rossi, presidente do MDB; Renata Abreu, presidente do Podemos; Valdemar Costa Neto, presidente do PL. A mediação foi do jornalista Márcio Gomes



O governador Cláudio Castro cumprimentando o governador de Goiás, Ronaldo Caiado

O governador do Rio, Cláudio Castro, participou, nesta segunda-feira (25), do Fórum Esfera, realizado em São Paulo. No encontro, que reuniu governadores, congressistas e importantes lideranças brasileiras, Castro apresentou os resultados da política ambiental desenvolvida no Rio de Janeiro.

“Nós transformamos o programa Limpa Rio no maior projeto de desassoreamento e recuperação de rios da história do estado. São R\$ 100 milhões investidos por ano e mais de 900 rios já limpos, alguns mais de uma vez. Esse trabalho, aliado à concessão da água, desenvolveu à população praias que estavam impróprias há mais de duas décadas e que hoje já podem ser frequentadas novamente, como as de Flamengo, Botafogo, Glória e Paqueta”, destacou o governador.

No painel “Entre estados e futuro: liderança em debate”, estiveram presentes os governadores de Pernambuco, Raquel Lyra, de Minas Gerais, Romeu Zema, de Goiás, Ronaldo Caiado e do Pará, Helder Barbalho.

Liderança nacional e integração

Diante de um público formado por investidores e empresários, Cláudio Castro também abordou os desafios políticos e econômicos do Brasil. Ele defendeu a superação das polarizações e o fortalecimento de iniciativas de cooperação entre estados, como o Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud), que estimulam não apenas o diálogo, mas também resultados concretos de gestão. “Quanto mais estados se unem, mais conseguimos transformar a realidade e gerar impacto positivo para a população”, afirmou.

Fernando Molica

Centrão fica com seus interesses

Os últimos movimentos do Centrão ampliado reforçam que o grupo, diferentemente dos bolsonaristas, não está disposto a promover ou apoiar um sacrifício coletivo em prol da liberdade do ex-presidente.

Como no velho ditado que separa amigos dos negócios, o Centrão mostra, pela enésima vez, que é solidário até na morte: vai ao velório, manda flores, cumprimenta parentes do finado, acompanha o enterro — mas não pula na cova.

As apurações da Polícia Federal, a denúncia da Procuradoria-Geral da República e as decisões do Supremo Tribunal Federal favorecerem não apenas Lula e o PT, mas também o Centrão. Permitem a esses partidos incorporarem um bolsonarismo sem Jair Bolsonaro, expurgado, portanto, de teimosias e radicalismos.

O xeque-mate judicial que o ex-capitão está prestes a tomar representa assim uma grande oportunidade para esse grupamento um tanto quanto amorfo de partidos que, apesar do viés conservador, têm em comum a prática de subordinar ideologia aos interesses de seus integrantes.

A decretação de sua ineligibilidade e as prováveis condenação e prisão do ex-presidente dele retiraram parte relevante do seu capital político. Continua a ser dono de uma quantidade expressiva de votos, mas

isso não muda o fato de que seu próximo destino deverá ser a cadeia.

Se o roteiro for cumprido, Bolsonaro, de grande distribuidor de cartas, passará a ser refém dos seus aliados. Ele, que até agora evita apontar qualquer candidato à Presidência, será obrigado a aceitar o nome que viver a ser decidido por seus aliados.

Ele poderá reclamar, estimular que seus filhos façam uma nova rodada de xingamentos, mas terá que pensar duas vezes antes de chutar o balde. Sabe que sua eventual saída da prisão dependerá da vitória de alguém que se comprometa em comprar a briga por sua anistia.

Não que Bolsonaro tenha perdido todos os seus poderes, ele — como mostram as pesquisas — terá um papel decisivo no processo eleitoral, mesmo que recolhido a uma cela. Mas o ex-presidente sabe que o slogan “Só voto em Bolsonaro”, colocado nas redes a partir da semana passada, é relativo.

Não hora do pega pra votar, a polarização que ele tanto estimulou tende a entregar duas opções ao eleitor: Lula e um dos que brigam pelo espólio bolsonarista. Não é difícil imaginar qual será a opção dos cidadãos que babam de ódio à simples visão da estrelinha vermelha.

É difícil imaginar que os adeptos mais radicais do ex-presidente terão disposição e

capital político suficientes para bancarem a indicação de um candidato que incorpore de maneira mais completa o ideário de Bolsonaro; por exemplo, um integrante da família.

Por mais que tenha comemorado, em 2018, a interrupção de vitórias petistas, a política mais tradicional e setores relevantes do empresariado não gosta dos arroubos típicos do ex-presidente, dos cavalos de pau, das mudanças de rota, de atitudes como o negacionismo em relação a vacinas: todas essas turbulências são prejudiciais aos negócios.

A confusão em que o ex-presidente se meteu permite a seus apoiadores mais ao centro uma perspectiva bem mais tranquila, a da eleição de um parceiro menos radical, ainda que ungido pelo voto bolsonarista. A movimentação, nos últimos dias, de caciques do Centrão e de possíveis candidatos ao trono da direita — entre eles, o agora mais soltinho Tarcísio de Freitas, governador de São Paulo — mostra que jogo esquentou.

Independentemente de Donald Trump e dos xingamentos de Carlos e Eduardo Bolsonaro, o ex-presidente já começou a ser escanteado. O pior pra ele é que, desta vez, sequer será possível reclamar de traição. Ele vai precisar cada vez mais dos parças que ficarão do lado de fora da cadeia.

Tales Faria

Congresso arma campo minado

Há um verdadeiro campo minado no Congresso a que a população será submetida neste semestre.

As primeiras bombas podem explodir já na votação do projeto de isenção de pagamento de Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, mas a causa real não é só a má vontade de parte do Congresso em atender ao andar de baixo da população

A má vontade que pode explodir na votação do IR, desta vez, é com o ministro Flavio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), que tem atuado como relator das Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) relativas às emendas parlamentares.

O ministro determinou que a Polícia Federal (PF) investigue possíveis irregularidades de emendas parlamentares conhecidas como “emendas Pix”, que somam R\$ 694 milhões em repasses do Orçamento da União. A medida tem como alvo 964 emendas aprovadas entre 2020 e 2024 e que não tiveram plano de trabalho cadastrado no sistema oficial do governo.

Desde o ano passado Dino e o Congresso têm batido de frente por conta da falta de transparência na aplicação dessas emendas. Cada vez que é fechado um acordo para o ministro liberá-las, o Congresso encontra brechas para não

abrir totalmente a caixa preta.

A forma de pressão encontrada pelos parlamentares é sempre esticar a corda em projetos de interesse do governo — como este agora do IR — para que o Executivo pressione o STF a aceitar um novo acordo. Já foram fechados e rompidos quatro acordos desde o ano passado.

Desta vez, se o governo não resolver o problema com Flávio Dino para o Congresso, os deputados podem não aprovar compensações tributárias para cobrir o furo causado no Orçamento pela isenção a quem ganha até R\$ 5 mil. Sobrará para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), então, cortar em programas sociais às vésperas da eleição presidencial de 2026. É mole?

Mas há mais problemas pela frente para o governo, no campo minado do Congresso neste semestre. Um deles se chama reforma administrativa. Quem acendeu o pavio foi o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB). Ele anunciou que tratará o tema como prioridade e já pautou uma Comissão Geral no plenário sobre a reforma administrativa para o próximo dia 3.

Essa é o tipo da reforma que mexe com lobbies superpoderosos do serviço público, como juízes, promotores, policiais, professores, servidores do Legislativo e militares. To-

dos em busca de mais ganhos às vésperas de eleições. Em vez de cortar custos, o risco é de a reforma produzir mais gastos. Por isso tem sido evitada pelos governos, que preferem tratar o assunto no varejo, caso a caso. Longe de eleições.

O outro campo minado são os embates entre os parlamentares e a Polícia Federal por conta de investigações criminais. Congressistas de quase todos os partidos se sentem ameaçados por ordens de prisão e de busca e apreensão pedidas pela PF e autorizadas pela Justiça.

Deputados e senadores querem aprovar as chamadas “prerrogativas parlamentares” que estão prestes a entrar na pauta de votações por determinação do Conselho de Líderes da Câmara. O presidente Hugo Motta já manifestou publicamente simpatia pela tese. Só espera o aceite do Conselho de Líderes e um momento cuja aprovação da matéria não chame tanta atenção.

Afinal, a ideia não é das mais populares: parlamentares que cometam crimes comuns só poderão ser detidos ou sofrer busca e apreensão se a ordem judicial for votada e aprovada pelo Parlamento. Caso contrário, a investigação pode parar.

Por essas e outras as próximas semanas prometem muita emoção no Congresso.